

# Políticas Públicas na Educação Brasileira

Pensar e Fazer

Atena Editora



Atena Editora

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:  
PENSAR E FAZER**

---

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Edição de Arte e Capa:** Geraldo Alves

**Revisão:** Os autores

### **Conselho Editorial**

Profª Drª Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Pesquisador da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª. Drª. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª. Drª. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P769 Políticas públicas na educação brasileira: pensar e fazer /  
Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,  
2018.  
248 p. : 2.852 kbytes – (Políticas Públicas na Educação  
Brasileira; v. 10)

Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-93243-84-4  
DOI 10.22533/at.ed.844182304

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.  
3. Escolas – Organização e administração. I. Série.

CDD 379.81

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins  
comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

E-mail: [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO I**

A DEMANDA DE UMA CONSCIÊNCIA CRÍTICA E POLÍTICA: O PAPEL DA EDUCAÇÃO MEDIANTE A FRAGMENTAÇÃO DO SABER E A FORMAÇÃO DO TRABALHO NA ATUALIDADE BRASILEIRA

*Francinalda Maria da Silva e Luiz Arthur Pereira Saraiva*..... 6

### **CAPÍTULO II**

A IMPORTÂNCIA DAS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE NA ESCOLA MUNICIPAL NAZINHA BARBOSA DA FRANCA

*Celyane Souza dos Santos, Erivânia da Silva Marinho, Maria Nazaré dos Santos Galdino, Suenia Aparecida da Silva Santos e Maria de Fátima Leite Gomes* ..... 19

### **CAPÍTULO III**

A VISÃO DA GESTÃO DE PESSOAS SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE NO ESTADO DE PERNAMBUCO

*Cybelle Leão Ferreira, Gyselle Leão Ferreira e Viviana Maria dos Santos*..... 33

### **CAPÍTULO IV**

AS CONTRADIÇÕES DO PROGRAMA UM COMPUTADOR POR ALUNO, SEUS LIMITES E POSSIBILIDADES RUMO A CONSTRUÇÃO DE COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM

*Josemar Farias da Silva, Selma Suely Baçal de Oliveira e Laudicea Farias da Silva* ..... 41

### **CAPÍTULO V**

AVALIAÇÃO POR RESULTADO EM PERNAMBUCO: QUAL O IMPACTO NA PRÁTICA DE DOCENTES DE ESCOLAS INTEGRAIS?

*Vilma Cleucia de Macedo Jurema Freire* ..... 59

### **CAPÍTULO VI**

CONSELHO TUTELAR: INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

*Andressa Garcias Pinheiro, Tyciana Vasconcelos Batalha e Carlos André Sousa Dublante*..... 72

### **CAPÍTULO VII**

DEFICIÊNCIA E PRIVAÇÃO CULTURAL: EFEITOS NA FORMAÇÃO DOS SUJEITOS

*Silvia Roberta da Mota Rocha e Laís Venâncio de Melo*..... 84

### **CAPÍTULO VIII**

ENSINO MÉDIO NA AMÉRICA LATINA: IMPLICAÇÕES AOS SUJEITOS IDEALIZADOS – PROCESSOS EDUCATIVOS

*Dayvison Bandeira de Moura e Maria Aparecida Monteiro da Silva*..... 97

## **CAPÍTULO IX**

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR VERSUS ORÇAMENTOS PÚBLICOS: UMA ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS BAIANAS

*Marta Rosa Farias de Almeida Miranda Silva* ..... 111

## **CAPÍTULO X**

HISTÓRIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS: DE 1824 À CONSTITUIÇÃO DE 1988

*Débora de Oliveira Lopes do Rego Luna e Ítalo Martins de Oliveira* ..... 124

## **CAPÍTULO XI**

O IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTROLE DA EVASÃO: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO

*Eder Aparecido de Carvalho, Alexandre da Silva de Paula e Ivair Fernandes Amorim* ..... 136

## **CAPÍTULO XII**

OS ROTEIROS DE ATIVIDADES DE MATEMÁTICA PROPOSTOS PELO CECIERJ PARA TURMAS DA 1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO: UMA BREVE ANÁLISE

*Jonas da Conceição Ricardo, Raquel Costa da Silva Nascimento, Herivelton Nunes Paiva e Reginaldo Vandrê Menezes da Mota* ..... 160

## **CAPÍTULO XIII**

POLÍTICA EDUCACIONAL EM MANAUS: INICIATIVAS E DESAFIOS PARA MELHORIAS DO IDEB

*Vilma Terezinha de Araújo Lima, Edilza Laray de Jesus, Gilson Nazareno da Conceição Dias e Suzianne Lima de Moraes* ..... 173

## **CAPÍTULO XIV**

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E INTERCULTURALIDADE: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À INCLUSÃO DIGITAL NAS COMUNIDADES INDÍGENAS

*Neide Borges Pedrosa, Rogéria Moreira Rezende Isobe e Fernanda Borges de Andrade* ..... 186

## **CAPÍTULO XV**

QUE EDUCAÇÃO, PARA QUE PAÍS? PERCEPÇÕES E TEMÁTICAS EMERGENTES

*Denise Rangel Miranda, Joselaine Cordeiro Pereira e Elita Betânia de Andrade Martins* ..... 196

## **CAPÍTULO XVI**

UM BREVE OLHAR NAS POLÍTICAS E DISCURSOS EDUCATIVOS NO PERÍODO DITATORIAL NO BRASIL E EM PORTUGAL: AMARRAS DE UM PROJETO NACIONALISTA AUTORITÁRIO

*Joel Severino da Silva* ..... 203

**CAPÍTULO XVII**

UM QUINTETO HISTÓRICO E SUA RELAÇÃO COM POLÍTICAS PÚBLICAS E FRACASSO ESCOLAR

*Vicente de Paulo Morais Junior* ..... 215

**CAPÍTULO XVIII**

UMA HERANÇA CONSERVADORA DA AUTOCRACIA BURGUESA PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM UM CONTEXTO DE CONTRARREFORMA DO ESTADO

*Angely Dias da Cunha, Ingridy Lammonikelly da Silva Lima, Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida e Jéfitha Kaliny dos Santos* ..... 225

Sobre os autores.....241

## **CAPÍTULO II**

### **A IMPORTÂNCIA DAS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE NA ESCOLA MUNICIPAL NAZINHA BARBOSA DA FRANCA**

---

**Celyane Souza dos Santos  
Erivânia da Silva Marinho  
Maria Nazaré dos Santos Galdino  
Suenia Aparecida da Silva Santos  
Maria de Fátima Leite Gomes**

**A IMPORTÂNCIA DAS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)  
NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE NA ESCOLA MUNICIPAL NAZINHA BARBOSA DA  
FRANCA**

**Celyane Souza dos Santos**

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

João Pessoa- Paraíba

**Erivânia da Silva Marinho**

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

João Pessoa- Paraíba

**Maria Nazaré dos Santos Galdino**

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

João Pessoa- Paraíba

**Suenia Aparecida da Silva Santos**

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

João Pessoa- Paraíba

**Maria de Fátima Leite Gomes**

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

João Pessoa- Paraíba

**RESUMO** O artigo parte do relato de experiência do Projeto de Extensão, intitulado: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca, localizada no bairro de Manaíra, em João Pessoa – PB, em que faz-se uma análise dos (as) alunos (as) matriculados do 1º ao 9º ano, do Ensino Fundamental I e II, que são beneficiários do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família (PBF). Objetiva-se buscar compreender a importância do (PBF) na Educação, por meio da sua condicionalidade, e verificar o quantitativo de alunos (as) que estão em descumprimento, através das possíveis razões que contemplem as conseqüentes faltas dos (as) alunos (as) beneficiários do (PBF). Contudo, proporciona-se a todos os sujeitos envolvidos, uma envoltura com relação às sanções impostas no (PBF), de modo crítico, para que possa obter o fortalecimento da cidadania e dos direitos sociais. Com isso, faz-se necessário propor melhores estratégias de enfrentamento para o descumprimento da frequência escolar, proporcionando o estímulo e a prevenção dos (as) alunos (as) faltosos. Entretanto, a evasão escolar, se dá, especialmente, pelo fato das condições de vulnerabilidade social que os (as) alunos (as) se encontram, tais como: a violência, negligência familiar, tráfico de drogas, entre outros. Desta feita, sinaliza-se que o PBF pode ser visto como um veículo social que viabilize a inserção no contexto da sociedade, daqueles que se encontram em estado de exclusão social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Programa Social, Bolsa Família, Educação, Condicionalidades.



## 1- INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado do projeto de extensão, intitulado: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as), em descumprimento na Escola Nazinha Barbosa da Franca”, localizada no bairro de Manaíra, na cidade de João Pessoa-PB., cujo objetivo busca monitorar e acompanhar alunos(as) matriculados(as) do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental I e II, beneficiários do referido Programa, nos turnos manhã e tarde.

Deste modo, o artigo em tela objetiva verificar o descumprimento de alunos da frequência escolar, a fim de buscar compreender as possíveis razões para o citado descumprimento e, igualmente, apresentar os dados e análises alcançados, na intenção de proporcionar à mencionada unidade escolar, elementos que viabilizem uma interlocução pautada em orientação crítica, quanto às sanções impostas pelo PBF, aos que se encontrarem em descumprimento da frequência, bem como em advertência, bloqueio, suspensão e cancelamento da renda, de modo que criem-se estratégias de estimular a prevenção de tais situações e fortalecer a cidadania destes.

Espera-se, com o presente artigo, igualmente, estimular às unidades escolares como um todo, a fortalecer a relação aluno – escola – PBF, a fim de viabilizarem o acesso à educação como um canal de inserção social.

## 2- OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: UM OLHAR SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)

Os Programas de Transferência de Renda assumem um papel relevante na sociedade brasileira, como um importante mecanismo de enfrentamento da pobreza e extrema pobreza, tendo como objetivo central o repasse de uma renda mínima destinada às famílias e indivíduos pobres e extremamente pobres, sendo essa transferência, no contexto brasileiro, articulada à possibilidade de acesso e inserção aos demais serviços nas áreas da educação, saúde e assistência social.

Neste sentido, enfatiza-se o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, criado em 2003, tendo como condicionalidades, o acesso à escola, à saúde, e a renda, às famílias pobres, com renda mensal, *per capita*, entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 e, para famílias extremamente pobres, com renda mensal de até R\$ 85,01 *per capita*. Para o MDS (2017) é possível observar que cada benefício é disponibilizado de acordo com a renda *per capita* mensal da família e da composição familiar, com valores diferenciados para aqueles considerados pobres e extremamente pobres. As famílias que não possuem crianças ou adolescentes em sua composição também poderão receber o benefício do Bolsa Família, o chamado benefício básico, no valor de R\$ 85,00.

A referida caracterização implica também que, ao entrar no programa, a família se compromete a cumprir suas condicionalidades, tais como: manter a

frequência escolar das crianças e adolescentes e cumprir os cuidados básicos em saúde. A presença na escola deve atingir 85% para crianças e adolescentes até 15 anos, e 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos. Os pais também devem assumir a responsabilidade de manter constantemente o acompanhamento do estado de saúde da criança, além de prestar informação semestralmente sobre o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de sete anos; deve haver o pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrizes.

Deste modo, a sua relevância social dos Programas de Transferência de Renda, a exemplo do PBF, se dá em torno da pretensão em articular as necessidades das demandas provenientes das unidades escolares, à luz da participação e do engajamento dos(as) alunos(as), bem como, seus familiares em grupos multidisciplinares, com o propósito do empoderamento dos sujeitos envolvidos na ação, cujas expectativas referem-se a inserção social dos sujeitos em vulnerabilidade social, no exercício de seus direitos.

Igualmente, ressalta-se a importância do empoderamento desses sujeitos no processo de acesso à educação, através da frequência escolar, de modo que possibilite aos mesmos o exercício da cidadania e a efetivação de seus direitos.

Porém, salienta-se que a frequência não se trata de um mecanismo apenas para manter o PBF, e sim para que no futuro ocorra a emancipação e transformação social, o que poderá proporcionar a saída da família do referido programa. É preciso, também, que ao se constatar a infrequência, busque-se identificar as causas, pois, além das expressões da questão social que ocasionam a necessidade do benefício, podem ocorrer outras variáveis que causam a infrequência, e estas precisam ser minimizadas e, se possível, sanadas, para reduzir ou erradicar o descumprimento das condicionalidades.

Para tanto, faz-se necessário que a equipe multidisciplinar de cada escola trace diversas estratégias, de maneira a reconduzir à sala de aula os alunos em situação de infrequência escolar. Faz-se mister registrar que os gestores são sujeitos imprescindíveis no desdobramento desse processo, no sentido de conduzir ações proativas que favoreçam a participação de todos os sujeitos envolvidos no cenário da escola.

### **3- O PAPEL DAS CONDICIONALIDADES DO PBF**

As condicionalidades do PBF apresentam-se como essencial, visto que, possibilita garantir a permanência na escola por meio da frequência escolar, sendo possível viabilizar o estímulo do aluno que se encontra em vulnerabilidade social a manter-se na Escola.

O propósito da imposição de condições para o acesso ao Bolsa Família remete-se ao fortalecimento e ampliação do acesso das famílias usuárias do programa aos direitos sociais básicos como educação, saúde e assistência social. Nesse sentido, objetiva-se através das condicionalidades, identificar as condições de

risco social as quais as famílias possam estar submetidas e como enfrentá-las. Conforme Ximenes et al. (2011, p. 12):

Pretende-se com as condicionalidades reforçar o acesso das famílias beneficiárias às políticas de educação, saúde e assistência social, promovendo melhoria das condições de vida, bem como levar o poder público a assegurar a oferta desses serviços. O adequado acompanhamento das condicionalidades possibilita a identificação de situações de vulnerabilidade no contexto familiar que interfiram no acesso aos serviços básicos a que as famílias têm direito, demandando ações do poder público no atendimento a essas situações.

Segundo o MDS (2017), espera-se por meio das condicionalidades, além da melhoria das condições de vida das famílias beneficiárias do PBF, a ruptura do ciclo intergerencial da pobreza, uma vez que, ao terem acesso, por exemplo, a educação, crianças e adolescentes poderão ter condições de se qualificarem e ingressarem no mercado de trabalho, podendo assim, romper com o referido ciclo. Conforme o MDS (2008), Portaria n° 321, que regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família, assegura-se que:

[...] no contexto do Programa Bolsa Família, busca-se com as condicionalidades reforçar o direito de acesso das famílias às políticas de saúde educação e assistência social, promovendo a melhoria das condições de vida da população beneficiária, assim como levar o Poder Público a assegurar a oferta desses serviços. [...] que o adequado monitoramento das condicionalidades permite a identificação de vulnerabilidades sociais que afetam ou impedem o acesso das famílias beneficiárias aos serviços a que têm direito, demandando ações do Poder Público voltadas ao acompanhamento das famílias em situação de descumprimento. (Portaria n° 321, 2008, p. 1).

De acordo com a referida Portaria, o MDS (2017), por meio destas exigências, procura incentivar as famílias ao exercício e acesso a programas básicos e, por consequência, garantir as mesmas, melhores condições de vida. Concomitante, cabe também ao Poder Público local, além de garantir os serviços de educação, saúde e assistência social, propiciar condições necessárias para que os usuários do PBF tenham acesso aos serviços ofertados e sejam acompanhados, caso estejam em situação descumprimento.

A gestão das condicionalidades do PBF ocorre através do monitoramento e fiscalização das famílias, pelos entes federativos, de forma a averiguar se as famílias usuárias estão cumprindo com seus compromissos. Assim, foram criadas em 2004, a Portarias Interministerial n° 3.789, de 17 de novembro e a Portaria Interministerial n° 2.509, de 18 de novembro, as quais dispõe, respectivamente, sobre as atribuições e normas para o cumprimento das condicionalidades pertinentes à educação e sobre as atribuições e normas para a oferta e monitoramento das demais condicionalidades.

Ainda sobre a organização das condicionalidades, tem-se a Portaria n° 321, de 29 de setembro 2008, já mencionada anteriormente, que reza que as condicionalidades devem ocorrer de forma descentralizada, com articulação entre as políticas de Educação, Saúde e Assistência Social, além de contar com a participação dos entes federados (União, Estados e Municípios) por meio de ações interligadas.

De acordo com a Portaria acima (2008, p.5), as famílias deverão ter conhecimento e orientação acerca dos seus direitos e deveres, cabendo aos responsáveis pela gestão do PBF no governo federal, estados e municípios, assim como as instâncias de controle social em suas respectivas esferas informar e orientar.

Outro aspecto que é importante destacar trata das responsabilidades de cada esfera de governo para com as condicionalidades. Desta forma, segundo o MDS (Portaria n° 321, art. 15. 2008) compete aos coordenadores estaduais do PBF:

- I - realizar articulações com os gestores das políticas setoriais específicas para que seja realizada a coleta e o registro das condicionalidades previstas no Programa, quando o acesso ao serviço se realizar em estabelecimento estadual;
- II - atuar em cooperação com os municípios para garantir o registro das informações relativas às condicionalidades;
- III - apoiar os municípios localizados em seu território na realização da gestão de condicionalidades do Programa; e
- V - elaborar planejamento anual intersetorial do estado, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e educação, para o desenvolvimento e apoio das ações de gestão de condicionalidades do PBF e acompanhamento familiar.

Nessa lógica, corresponde ao gestor municipal a atribuição mediante os termos de adesão específicos assinados pelos municípios:

- I - atuar em cooperação com os responsáveis pelo registro do acompanhamento das condicionalidades nas áreas de saúde, educação e assistência social, para garantir a coleta das informações de acordo com os calendários definidos;
- II - realizar as ações de gestão de benefícios, em decorrência do provimento do recurso administrativo de que trata art. 11 desta Portaria;
- III - notificar formalmente o responsável pela Unidade Familiar, quando necessário, nos casos de descumprimento de condicionalidades, sem prejuízo de outras formas de notificação;
- IV - analisar as informações sobre não cumprimento de condicionalidades e encaminhar as famílias beneficiárias do PBF, em situação de descumprimento, às áreas responsáveis pelo acompanhamento familiar e oferta dos serviços sócioassistenciais;
- V - elaborar planejamento anual inter-setorial do município, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e educação, para o desenvolvimento das ações de gestão de condicionalidades do PBF e de acompanhamento familiar. (Portaria n° 321, art. 16.)

Além das atribuições impostas aos Estados e Municípios pela Portaria n° 321, art. 20, esta também impõe algumas proibições no que diz respeito às condicionalidades, as quais pode-se citar:

- I - instituir outros efeitos relacionados às condicionalidades sobre os benefícios financeiros pagos às famílias além dos previstos nesta Portaria;
- II - instituir outras condicionalidades à família; e
- III - utilizar formas de comunicação humilhantes ou constrangedoras a respeito do descumprimento das condicionalidades.

Vale salientar que, o responsável pela articulação das ações da gestão dos compromissos do PBF no âmbito nacional é de responsabilidade do Departamento de Condicionalidades (DECON) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Enquanto aos Estados compete a responsabilidade pela coordenação em âmbito Estadual. Aos municípios, a competência é do gestor municipal do PBF.

As condicionalidades vinculadas a Educação, tratam da necessidade de que todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem está devidamente matriculados e com frequência mensal mínima de 85% e, para estudantes entre 16 e 17 anos, devem ter frequência mínima de 75%, com a finalidade de “enfrentar os mecanismos de reprodução da pobreza”, em outras palavras, “romper o ciclo intergeracional da pobreza”, como afirma Pires (2013, p.514). Pressupõe-se que essas crianças e adolescentes, a partir da frequência escolar, possam inserir-se futuramente no mercado de trabalho e, por conseguinte, sair da condição de pobreza ou de extrema pobreza.

Assim, o acompanhamento familiar, permite identificar os motivos que impedem as famílias de cumprirem as condicionalidades do programa, e ao mesmo tempo a busca por soluções.

É importante ressaltar que a interrupção temporária dos efeitos sobre o benefício tem duração de seis meses, podendo ser ampliada pelo mesmo período, mediante solicitação e avaliação do município, se essa avaliação não for realizada, a família volta a receber sanções em casos de descumprimento de condicionalidades.

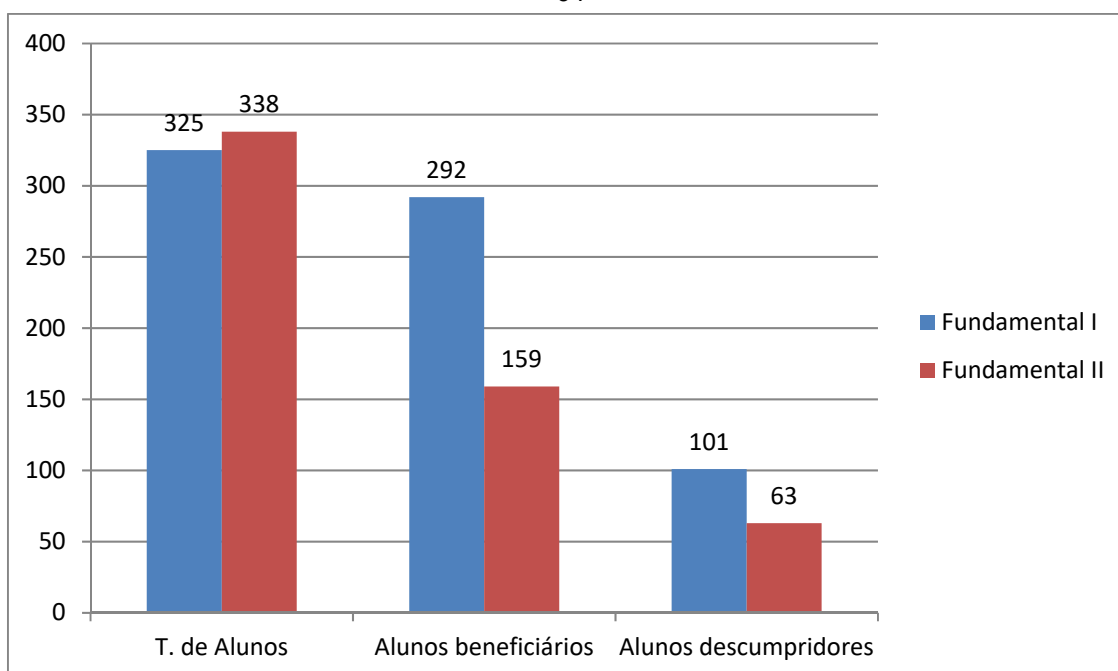
Nesse sentido, o acompanhamento familiar é um processo essencial para a proteção das famílias do PBF, que se encontram em situação de vulnerabilidade social e requer, a realização de acompanhamento.

Outra discussão em torno das condicionalidades trata-se da permanente cobrança por porta de saída do programa, com base em evitar o acomodamento e a dependência das famílias ao mesmo. Ou seja, criar estratégias para que os beneficiários não se tornem dependentes do governo. Segundo Rodrigues (2008), a permanência das famílias no PBF deve ser de curto prazo, uma vez que existe um enorme contingente de pessoas a espera do benefício e também, que o programa seja apenas um mecanismo temporário de redução de danos, ao tempo em que possibilite elementos de autonomia financeira aos seus participantes.

## 1- O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA EXPERIÊNCIA NA ESCOLA NAZINHA BARBOSA DA FRANCA

Em se tratando da realidade da Escola Nazinha Barbosa da Franca, esta em sua totalidade, possui 663 alunos (as) matriculados, sendo no Fundamental I 325 alunos (as) e no Fundamental II 338 alunos (as), porém apenas 618 alunos (as) frequentam regularmente a escola do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental I e II. O Projeto ampliou o seu raio de ação, para o Fundamental II, e na atualidade o alunado do 1º ao 5º ano do Fundamental I, correspondem a 292 alunos (as) beneficiários do Programa Bolsa Família, que consistem em 101 alunos (as) em descumprimento do PBF, considerando 34,5% do alunado. No Fundamental II, do 6º ao 9º ano, 159 participam do Programa Bolsa Família, e faz-se o recorte dos dados pelas disciplinas de português e matemática, visto que são disciplinas mais recorrentes no Ensino Fundamental II, com relação à disciplina de Português, são 40 alunos (as) e em Matemática, são 23 alunos (as), no qual, totalizam 63 alunos (as), atribuídos em 39,6% de alunos (as) em descumprimento.

Quadro 1 – Alunos beneficiários do PBF em descumprimento da frequência escolar – Fundamental I e II



Fonte: Primária, 2017.

Vale salientar que na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca, grande parte dos estudantes são moradores do bairro São José, cujo território é marcado pela extrema vulnerabilidade social e isso implica em fatores predominantes da infrequência escolar, considerando-se que, estes fatores estão associados aos graves problemas sociais, e que têm como consequência o descumprimento do PBF, que podem ser imbricados pela negligência familiar, pelo tráfico de drogas, a violência urbana, *bullying*, trabalho infantil, entre outros fatores.

O principal objetivo da condicionalidade de educação é apoiar a inclusão, permanência e progressão escolar de crianças de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza. A condicionalidade de educação representa, portanto, um farol de alerta, um ponto de monitoramento para a gestão pública, para se equalizar em uma linha positiva as trajetórias escolares de todas as crianças e adolescentes, independentemente de sua condição socioeconômica. (CRAVEIRO; XIMENES, 2013, p.115)

As condicionalidades do PBF na Educação são acompanhadas pelo Programa de Acompanhamento da Frequência Escolar de Crianças e Jovens em Vulnerabilidade, que visa propor estratégias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. Sendo assim, o registro da frequência é enviado para o referido Programa de Acompanhamento, em consonância com os entes federados bimestralmente e nos casos de descumprimentos, faz-se necessário expor, suas as razões:

No caso de descumprimento (não frequência ou baixa frequência), é necessário registrar o motivo indicativo, para que ações complementares sejam planejadas com a finalidade de enfrentamento e superação destes motivos, com vistas à melhoria da qualidade da educação das populações em situação de risco e de vulnerabilidade social. Estes registros são efetivados diretamente pelas unidades escolares. (CRAVEIRO; XIMENES, 2013, p.113)

Desta maneira, a importância das condicionalidades do PBF permite, de modo geral, diminuir a evasão escolar e obter o enfrentamento dos condicionantes da vulnerabilidade social, pois, de acordo com a Portaria Interministerial nº 3789, de 17 de novembro de 2004, cabe aqui destacar a importância da Escola e do Programa Bolsa Família, considerando-se que a escola é um espaço de construção de conhecimento, formação humana e proteção social às crianças e adolescentes e que o baixo índice de frequência escolar é um dos indicadores de situação de risco que deve ser considerado na definição de políticas de proteção à família. (BRASIL, 2004).

## **2- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, considera-se que as condicionalidades na educação são primordiais, pois, possibilitam a redução das faltas, melhoras no índice de aprendizado e a minimização da evasão escolar, contudo, salienta-se a necessidade de uma articulação mais efetiva entre escola e família, na relação da inclusão social destes alunos (as) faltosos, particularmente por estas famílias se encontrarem em situação de risco social e não abarcarem informações precisas sobre a frequência escolar, bem como acerca dos direitos constituídos no Programa Bolsa Família.

Faz-se mister que também sejam informadas de todas as consequências ou sanções que são impostas pelo PBF aos descumprimentos das condicionalidades, a saber: advertência, bloqueio, suspensão e cancelamento da renda.

No entanto, os cumprimentos das condicionalidades não devem ocorrer apenas para evitar as sanções, e sim porque, o beneficiário precisa estar na escola para adquirir conhecimento, pois, é o aprendizado que lhe permitirá no futuro a emancipação, até porque o PBF por si só, não conduz a uma transformação social.

Para tanto, é preciso que ocorra a estimulação da conscientização da família, e que sejam elaboradas estratégias que fortaleçam o vínculo família-escola, assim como um trabalho conjunto da equipe multidisciplinar, mediante a realização de diversas formas interventivas como: reuniões de pais, entrevistas sociais e visitas domiciliares, com o intuito de conhecer o arranjo familiar, da criança e do adolescente, sendo possível desnudar o motivo das faltas.

Também pode-se proporcionar através de oficinas pedagógicas, temas diversificados que envolvam: o *bullying*; a relação da família e a escola, drogas, entre outros fatores que colaborem com a infrequência escolar, sendo indispensável propor melhores intervenções que delineie estratégias mais efetivas, para procurar relacionar não somente o cumprimento das condicionalidades do PBF, mas incluir esses alunos ausentes no âmbito educacional, a fim de ter o aparato de transformação social, no qual, a educação é um pilar fundamental para esta construção social.

Tais razões comprovam a importância das condicionalidades do PBF na Educação, há vista que estas colaboram na integração dessas famílias que estão em estado de pobreza e extrema pobreza para o viés do direito social e do acesso à Educação.

## REFERÊNCIAS

ACANDA, Jorge Luiz. **Sociedade civil e Hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **Mundo Globalizado**. São Paulo: Contexto, 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3. ed. Lisboa, 2007.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006. Biblioteca Básica de Serviço Social. V.2.

BRASIL, República Federativa. Diário Oficial da União. **Portaria Interministerial nº 3.789, de 17 de novembro de 2004**. Estabelece atribuições e normas para o cumprimento da Condicionalidade da Frequência Escolar no Programa Bolsa Família.



CRAVEIRO, Clélia Brandão Alvarenga; XIMENES, Daniel de Aquino. **Dez anos do Programa Bolsa Família: desafios e perspectivas para a universalização da educação básica no Brasil.** In: Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania/org: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. Brasília: Ipea, 2013, p. 109-123.

COTTA, Tereza Cristina; PAIVA, Luis Henrique. O Programa Bolsa Família e a Proteção Social no Brasil. In: **2003-2010: Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios.** V.1, IPEA.

COUTINHO, Carlos Nelson. A Hegemonia da Pequena Política. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA; Ruy; RIZEK; Cibeli (orgs). **Hegemonia às Avessas.** São Paulo: Boitemsepo, 2010.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Política brasileira: embate de projetos hegemônicos.** São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

FONSECA, Ana M. M. **Família e Política de Renda Mínima.** São Paulo: Cortez, 2001. v. 1.

GABRIEL, Edilma Moreira; MACHADO, Clarisse Drummond Martins; OLIVEIRA, Raquel Loureiro. **Focalização de Políticas Públicas: O Programa Bolsa Família como política pública focalizada para superação da desigualdade e exclusão.** [201-?]. Disponível em: < >. Acesso em: 12 out. 2014.

GOMES, Simone da Silva Ribeiro. **Notas preliminares de uma crítica feminista aos programas de transferência direta de renda: o caso do Bolsa Família no Brasil.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 10, n. 1, p. 69 - 81, jan./jul. 2011.

GOMES, Maria de Fátima Leite. **O Programa Bolsa família (PBF) e suas condicionalidades na educação: o acompanhamento e monitoramento dos(as) alunos(as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca – João Pessoa, 2017.**

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 08 setembro. 2017.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Condicionalidade de Educação.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades/gestao-de-condicionalidades/condicionalidades-de-educacao%20>>. Acesso em: 16 setembro. 2014

\_\_\_\_\_. **Condicionalidade de Saúde.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades/gestao-de-condicionalidades/condicionalidades-de-saude%20>>. Acesso em: 16 setembro. 2017.

\_\_\_\_\_. **Condicionalidades do Bolsa Família.** s/d. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>>. Acesso em: 10. setembro. 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Renda de cidadania. **Instrução Operacional Conjunta nº 19/SENARC/SNAS.** Brasília, 7 de setembro de 2017.

Ministério do de 29 de setembro de 2008. **Regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família,** revoga a portaria GM/MDS nº 551, de 9 de novembro de 2005, e dá outras providências. Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 321.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social:** um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. **A assistência social entre a produção e a reprodução social.** Cadernos do Núcleo de Seguridade e Assistência Social da Puc Sp, PUC/SP/S. Paulo/SP, v. 2, p. 63-78, 1995.

OFFE, C. Dominação de classe e sistema político: sobre a seletividade das instituições políticos. In: OFFE, C. (Org.) **Problemas estruturais do Estado capitalista.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibeli (Orgs.). **Hegemonia às Avessas.** São Paulo: Boitempo, 2010.

PAULANI, Leda Maria. Capitalismo Financeiro, Estado e Emergência Econômico e Hegemonia às avessas no Brasil. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, cibeli (orgs.). **Hegemonia às avessas.** São Paulo: Boitempo, 2010.

PIRES, André. **Afinal para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?** Ensaio: aval. pol. públ. Educ. Rio de Janeiro, v. 21, n.80, p. 513-532. 2013.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. Equidade de gênero e transferência de renda: reflexões a partir do Programa Bolsa Família. In: BOCHETI, I., BERING. E. R., SANTOS, S. M. de M., MIOTO, R. MC. T. **Política Social no capitalismo:** tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTIAGO, Maria das Graças de Oliveira; GRAMACHO, Maria Vitória de Souza Dantas; DAZZANI, Maria Virginia Machado. Programa Bolsa Família acompanhamento familiar no sistema único de assistência social. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**: São Paulo, v. 18, n. 63, Jul./Dez. 2013.

SANTOS, Francisco Waleison dos. *et al.* **Análise crítica acerca do programa de transferência de renda bolsa família na esfera compensatória da ofensiva neoliberal**. II Colóquio Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento. 2012.

SEIBEL, E.; OLIVEIRA, H. Clientelismo e seletividade: desafios às políticas sociais. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, n° 39, abril/2006.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e . Renda Mínima: características e tendências da experiência brasileira. In: Aldaíza Sposati. (Org.). **Renda Mínima no Debate Internacional**. 1. ed. São Paulo: PUC/SP, 2001, v. 1, p. 101-117.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Renda Mínima e Reestruturação Produtiva**. 1. ed. SÃO PAULO: CORTEZ, 1997.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. **Renda Mínima e crise mundial: saída ou agravamento**. São Paulo: Cortez, 1997.

TEIXERA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital**. São Paulo: Ensaio, 1995.

TREVISANI, Jorginete de Jesus Damião. **Avaliação da implementação das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família e seu papel no cuidado à saúde: estudo de caso do município do Rio de Janeiro**. São Paulo, 2012.

XIMENES, Daniel de Aquino; AGATTE, Juliana Picoli. **A gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família: uma experiência intersetorial e federativa**. Inc. Soc., Brasília, DF, v. 5 n. 1, p. 11-19, 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1999.

**ABSTRACT** The article starts with the experience report of the extension project, entitled: The Bolsa Família Program (PBF) and its conditionalities in education: the monitoring of students in noncompliance at the municipal school nazinha barbosa da franca, located in the district of manaíra, in João Pessoa - PB, in which an analysis is made of the students enrolled from 1st to 9th grade, elementary school I and II, who are beneficiaries of the income transfer program Bolsa Família (PBF). The aim is to understand the importance of the PBF in education, through its conditionality, and to

verify the number of students who are in noncompliance, through the possible reasons that contemplate the consequent students' absences (the ) beneficiaries of the (pbf). however, all the subjects involved are provided with an envelope in relation to the sanctions imposed in the (pbf), in a critical way, so that it can obtain the strengthening of citizenship and social rights. thus, it is necessary to propose better coping strategies for noncompliance with school attendance, providing the encouragement and prevention of the students in need. however, school dropout is especially due to the fact that the social vulnerability of the students, such as: violence, family neglect, drug trafficking, among others. this time, it is pointed out that the pbf can be seen as a social vehicle that enables the insertion in the context of society, of those who are in a state of social exclusion.

**KEYWORDS:** Social Program, Bolsa Familia Program, Education, Conditioalities.

### Sobre os autores:

**Alexandre da Silva de Paula** Psicólogo do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) - Câmpus Votuporanga e Professor do Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV). Bacharel/Licenciatura em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Mestre e Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo (FFCLRP). Pesquisador do Observatório de Violência e Práticas Exemplares/OVIPE/USP/CNPq. E-mail: [aledpaula@outlook.com](mailto:aledpaula@outlook.com)

**Andressa Garcias Pinheiro** Graduada em Pedagogia, pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Participante do Grupo de Estudos, Pesquisas, Educação, Infância & Docência – GEPEID. Bolsista do Projeto de Pesquisa Conexões Atlânticas: memórias e processos identitários na literatura infanto-juvenil de Cuba e do Brasil (preâmbulo e começo do Novo Milênio) pelo PIBIC/ FAPEMA. E-mail para contato: [dessaduartepinheiro@hotmail.com](mailto:dessaduartepinheiro@hotmail.com)

**Angely Dias da Cunha** Mestranda do Programa da Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Membro do Grupo de pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Conservadorismo (GEPECON) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – E-mail: [gelly.cunha@hotmail.com](mailto:gelly.cunha@hotmail.com)

**Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida** Professora da Universidade Federal da Paraíba – Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba; – Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba; – Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); – Pós Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); – Coordenadora do Setor de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (SEACOPS) da UFPB – Professora Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

**Carlos André Sousa Dublante** Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão. Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Maranhão. Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Integra o Grupo de Pesquisa em Políticas, Gestão Educacional e Formação Humana do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão. E-mail para contato: [cdublante@terra.com.br](mailto:cdublante@terra.com.br)

**Celyane Souza dos Santos** Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: [celyanesouza1@hotmail.com](mailto:celyanesouza1@hotmail.com)

**Cybelle Leão Ferreira** Técnico Administrativo em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduação em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Graduação em andamento em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Especialização *latu sensu* em andamento em Gestão Contábil e Financeira pela Escola Superior Aberta (ESAB).

**Dayvison Bandeira de Moura** Professor nas universidades Americana, Columbia e IBERO Americana, Asunción – PY. Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação Estrito-Sensu Universidade Columbia – Asunción - PY; Graduação em Letras Vernáculo pela Universidade Federal de Pernambuco - FAFIRE; Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Americana de Asunción, PY; Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade Americana de Asunción, PY; Grupo de pesquisa: Linha de Currículo no que diz respeito à Língua Portuguesa, Análise do Discurso, Linguística Sistemática Funcional, Leitura e Afrocentricidade. E-mail para contato: [analistadodiscurso.bandeira.pe@gmail.com](mailto:analistadodiscurso.bandeira.pe@gmail.com)

**Débora de Oliveira Lopes do Rego Luna** Mestre em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV) pela UFPB. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gestão e Financiamento da Educação (GREFIN), da UFPB. Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). Atualmente é servidora pública federal, atuando como Assistente em Administração na UFPB, lotada na Pró-Reitoria de Administração

**Denise Rangel Miranda** Professora e Coordenadora da Rede Municipal de Juiz de Fora; Membro do corpo docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP/CAED/FACEDUFRJF); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis; Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Grupo de pesquisa: GESE (Grupo de Estudos sobre sistemas educacionais);

**Eder Aparecido de Carvalho** Professor EBTT na Área de Sociologia do Instituto Federal Catarinense (IFC) – Câmpus Brusque. Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV), Licenciatura em Sociologia pelo Instituto Dottori (FACDOTT), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (FCL - Câmpus de Araraquara). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Ciências e Desenvolvimento Social/CDS/IFC/CNPq. E-mail: carvalhoeder@hotmail.com

**Edilza Laray de Jesus** Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (UEA)/ Colaboradora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA. Graduação em Geografia – Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Mestrado

em Educação Ambiental (FURG, RS). Doutorado em Educação (UFRGS, RS). Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Cultura Amazônica - NEICAM". Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Universidade do Estado do Amazonas; E-mail para contato: [ejesus@uea.edu.br](mailto:ejesus@uea.edu.br)

**Elita Betânia de Andrade Martins** Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora; Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestrado em Educação - Políticas Públicas e Gestão pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Doutorado em Educação - Políticas Públicas e Gestão pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Grupo de pesquisa: Coordenadora do grupo de pesquisa GESE (Grupo de Estudos sobre sistemas educacionais); Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação: Pesquisa em andamento financiada pela FAPEMIG;

**Erivânia da Silva Marinho** Discente colaboradora do Projeto de Extensão: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”, do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: [erivaniamarinho@hotmail.com](mailto:erivaniamarinho@hotmail.com).

**Fernanda Borges de Andrade** Graduação em pela Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras de São João Del Rey, MG, Brasil. Mestrado em Educação pela Universidade de Uberaba na linha de Pesquisa de Formação e Prática Docentes. Doutoranda pela Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Educação / Faculdade de Educação - FACED, na linha de pesquisa Saberes e Práticas Educativas. Grupo de Estudos e Pesquisas do Programa Institucional de bolsas de iniciação à docência do Pibid/UFTM - Projeto de extensão em interface com a pesquisa. E-mail para contato: [feborgesaz@yahoo.com.br](mailto:feborgesaz@yahoo.com.br)

**Francinalda Maria da Silva** Graduanda em Licenciatura Plena em Geografia na Universidade Estadual da Paraíba – Centro de Humanidades. Guarabira, Paraíba. Bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), ofertado pela Universidade Estadual da Paraíba. Membro do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão EGEFProf – Estudos Geográficos: Ensino e Formação de Professores; E-mail para contato: [francinaldageografia@gmail.com](mailto:francinaldageografia@gmail.com)

**Gilson Nazareno da Conceição Dias** Professor efetivo da Secretaria de estado de Educação do Amazonas; Graduação em Geografia – Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA-CE; Especialização em METODOLOGIA NO ENSINO DE GEOGRAFIA. E-mail para contato: [gilsondias87@gmail.com](mailto:gilsondias87@gmail.com)

**Gyselle Leão Ferreira** Assistente Administrativo em Educação do Governo do Estado de Pernambuco. Graduação em andamento em Licenciatura em Matemática pelo Instituto Federal de Educação e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).

**Herivelton Nunes Paiva** Graduado em Estatística pela Universidade Salgado de Oliveira (1990), graduação em Matemática pela Universidade Salgado de Oliveira (2001) e mestrado em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente pelo Centro Universitário Plínio Leite (2006). Atualmente é professor do Colégio Estadual Pandiá Calógeras, professor titular da Universidade Salgado de Oliveira, Professor do Programa de Pós-graduação Lato sensu da UNIVERSO/SG, pesquisador- bolsista da Fundação para o Desenvolvimento Cient. Tec. em Saúde/ Fundação Oswaldo Cruz e professor orientador da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de Matemática, com ênfase em Matemática, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, matemática, educação matemática, marketing e estatística. Consultor em Estatística e Educação.

**Ingridy Lammonikelly da Silva Lima** Mestranda Programa da Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Membro do Grupo de pesquisa no Setor de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (SEPA-COPS) da UFPB – Bolsista Produtividade em Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

**Ítalo Martins de Oliveira** Mestre em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV) pela UFPB, Especialização em Direito Administrativo e Gestão Pública (UFPB-2006) e em Controladoria para Gestão Pública e Terceiro Setor (UFRN-2011), bacharelado em Ciências Contábeis (UFPB-2004). Integrante do Grupo de Pesquisa em Avaliação da Educação Superior (GAES), da UFPB. Atualmente é servidor público federal, atuando como Contador na UFPB, lotado na Pró-Reitoria de Administração.

**Ivair Fernandes Amorim** Professor EBTT na Área de Educação/Pedagogia do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) - Câmpus Votuporanga. Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV), Mestre e Doutor em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista (FCL - Câmpus de Araraquara). E-mail: ivairfernandesamorim@gmail.com

**Jéfitha Kaliny dos Santos** Mestranda do Programa da Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba

**Joel Severino da Silva** Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: É Membro do Grupo de Estudo em Religiosidades, Educação, Memórias e Sexualidades (UFPE) cadastrado no CNPq. Bolsista do PIBIC/UFPE/CNPq em: 2014-2015, 2016-2017 na área de religião e diversidade religiosa, com ênfase nas discussões envolvendo as religiões de matriz africana; 2017-2018 na área de gênero e sexualidade. E-mail para contato: joelsilva.educar@gmail.com



**Jonas da Conceição Ricardo** Professor da Universidade Estácio de Sá e da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro; Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Tecnologia e Educação do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca- CEFET/RJ; Mestre em Educação Matemática e Licenciado em Matemática. Possui curso de extensão em Gestão de Sala de Aula pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Possui experiência na modalidade em Ensino à Distância e também na elaboração de material didático, tanto pela Secretaria Estadual de Educação/RJ quanto pelas instituições: Universidade Estácio de Sá e da Universidade Universo. Atualmente também atua com pesquisa na Universidade Estácio de Sá, sendo bolsista do Programa Pesquisa Produtividade da Universidade Estácio de Sá

**Joselaine Cordeiro Pereira** Professora e Coordenadora da Rede Municipal de Juiz de Fora; Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestrado em Economia doméstica pela Universidade Federal de Viçosa; Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Grupo de pesquisa: GESE (Grupo de Estudos sobre sistemas educacionais); [joselainecp@hotmail.com](mailto:joselainecp@hotmail.com)

**Josemar Farias da Silva** Licenciado em Ciências pela Universidade de Pernambuco. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Amazonas. Atualmente Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

**Laís Venâncio de Melo** Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Acadêmico (PPGE) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), PB. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professora do Ensino Fundamental no município de Campina Grande, PB. E-mail: [laisvenanciomelo@gmail.com](mailto:laisvenanciomelo@gmail.com)

**Laudicea Farias da Silva** Licenciada em Ciências pela Universidade de Pernambuco – UPE. Pós-Graduação em Psicopedagogia pela mesma Universidade. Atualmente atua na Gestão no âmbito da Secretaria de Estado de Educação de Pernambuco.

**Luiz Arthur Pereira Saraiva** Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba (CEDUC/UEPB). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGEO/UFPE). Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGEO/UFPE). Vice-Líder do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão EGEFProf – Estudos Geográficos: Ensino e Formação de Professores. Professor do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba (DG/CH/UEPB). Professor Orientador de Bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), ofertado pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail para contato: [saraivaluizarthur@yahoo.com.br](mailto:saraivaluizarthur@yahoo.com.br)

**Maria Aparecida Monteiro da Silva** Doutorado em Educação - Universidad de Santiago de Compostela em 1998 e Doutorado em Educação pela Universidad Politécnica y Artística do Paraguay em 2005. Atualmente é professor titular do Centro

de Ensino Superior - CESUMAR - Maringá - PR. Membro da Fundação Araucária de Apoio ao Desenv. Científico e Tecnológico do Paraná. Na Universidade Paranaense - UNIPAR atuou como Diretoria de Centro, Chefe de Departamento, Coordenadora de Colegiado de Curso, Membro do Conselho Superior de Administração - CONSAD, e Membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONEPE, Membro do Grupo Especial de Trabalho Setor de Atuação para Elaboração do Projeto de Reconhecimento das Faculdades Integradas da APEC como Universidade, Membro do Conselho Técnico Científico, Coordenadora Geral dos Vestibulares, Membro da Comissão de Acompanhamento do Crédito Educativo, Membro da Comissão Organizadora do XIX Ciclo de Estudos Jurídicos do Curso de Direito e Programa de Mestrado em Direito Processual e Cidadania da Unipar ? Perspectivas contemporâneas nas relações humanas e sociais, Membro da Comissão Organizadora da II Semana Científica do Curso de Direito da Unipar, Membro da Banca na Apresentação dos Trabalhos da II Semana Científica do Curso de Direito da Unipar, Consultor ad hoc del Mostra de Extensão Universitária, Coordenadora e Consultora ad hoc de Mostra Científica do Curso de Direito, Membro da Banca Examinadora dos Trabalhos de Conclusão de Curso: Curso de Direito. Participou no Grupo de Estudo: Investigação e reflexão sobre as questões da Educação no Brasil pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ.

**Maria de Fátima Leite Gomes** Prof.<sup>a</sup>. Dra. do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS e coordenadora do Projeto de Extensão, intitulado: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”. E-mail: fatima.l.gomes2016@gmail.com

**Maria Nazaré dos Santos Galdino** Discente colaboradora do Projeto de Extensão: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”, do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: zaremorena12@gmail.com.

**Marta Rosa Farias de Almeida Miranda Silva** Graduação em Ciências Contábeis pela Fundação Visconde de Cairu (FVC). Mestrado em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Doutoranda Educação e Contemporaneidade, Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC), Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Grupo de pesquisa: Educação, Universidade e Região (EduReg) - Uneb e Interculturalidades, Gestão da Educação e Trabalho (InterGesto) – Uneb. E-mail para contato: [martarmiranda@gmail.com](mailto:martarmiranda@gmail.com); [mmiranda@uneb.br](mailto:mmiranda@uneb.br)

**Neide Borges Pedrosa** Graduação em Pedagogia pela Faculdade Educação Antonio A. Reis Neves, Barretos SP. Mestrado em Ciências e Práticas Educativas pela Universidade de Franca, UNIFRAN, Brasil. Doutorado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Grupo de Pesquisa EDUCA. Linha de Pesquisa: Educação e Novas Tecnologias. E-mail para contato: neibpedrosa@gmail.com

**Raquel Costa da Silva Nascimento** Licenciada em Matemática pela UERJ em 2002. Especialista em Ensino de Matemática pela Uff em 2004 e Mestre em Ensino de Ciências e Matemática pelo CEFET em 2011. Durante os anos de 2011 a 2013, atuei como Assistente Técnico responsável pela área de Matemática da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, onde exerci diversas funções, dentre elas: gerenciar projetos relacionados a matemática, produzir materiais de apoio pedagógico, acompanhar ações relacionadas a área tais como Saerjinho, Reforço Escolar e projetos de parceria privada e realizar formações de professores. Ressalto que todos os materiais produzidos durante estes 3 anos ainda se encontram disponíveis no site da SEEDUC - <http://conexaoprofessor.rj.gov.br/>, Professora da Prefeitura de Macaé, da SEEDUC/RJ e Professora da Universidade Universo.

**Reginaldo Vandrê Menezes da Mota** Licenciado em Matemática (UFF), Pós graduação UNIRAM , Mestrando (ProfMat-UNIRIO), professor com dedicação exclusiva do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, foi autor do currículo mínimo de matemática do Estado do Rio de Janeiro e das Atividades Autorreguladas.

**Rogéria Moreira Rezende Isobe** Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestrado em Educação (História, Política, Sociedade) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Doutorado em Educação (História, Política, Sociedade) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Grupo de Estudos e Pesquisas em Política, Formação Docente e Práticas Educativas - GEPPPOE. E-mail para contato: rogeriaisobe@gmail.com

**Selma Suely Baçal de Oliveira** Mestre e Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo – USP. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Orientadora do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação e atualmente Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação na mesma Universidade.

**Silvia Roberta da Mota Rocha** Professora da Unidade Acadêmica de Educação (UAEd) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), PB. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Acadêmico (PPGEd) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), PB. Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: silviarobertadamotarocho@gmail.com

**Suênia Aparecida da Silva Santos** Discente colaboradora do Projeto de Extensão: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”, do curso de graduação em Serviço

Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: [sueniaaparecida@hotmail.com](mailto:sueniaaparecida@hotmail.com).

**Suzianne Lima de Moraes** Graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas. E-mail para contato: [suzianne.moraes@hotmail.com](mailto:suzianne.moraes@hotmail.com)

**Tyciana Vasconcelos Batalha** Graduada em Pedagogia, pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Participante do Grupo de Estudos e Pesquisas, Educação, Infância & Docência – GEPEID e Grupo de Estudos e Pesquisa no Ensino da Leitura e da Escrita como Processos Dialógicos – GLEPDIAL. Bolsista do Projeto de Extensão pela Fundação Sôsândrade de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal do Maranhão – FSADU. E-mail para contato: [alftyaci@gmail.com](mailto:alftyaci@gmail.com)

**Vicente de Paulo Moraes Junior** Diretor de Escola da rede pública do estado de São Paulo; Professor da Faculdade Bilac (São José dos Campos/SP); Graduação em História pela Universidade do Vale do Paraíba (São José dos Campos/SP); Mestre em Educação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP/SP); Doutorando em Educação na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP); Contato: [vicentemjunior@hotmail.com](mailto:vicentemjunior@hotmail.com)

**Vilma Cleucia de Macedo Jurema Freire** Professora de Geografia da Rede Pública de Ensino do Estado de Pernambuco, Brasil; Graduação em Geografia pela Universidade Pernambuco - UPE; Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia – ULHT, Portugal/Diploma Revalidado pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL; Doutorado: Cursando Ciências da Educação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH)/Universidade Nova de Lisboa (UNL)/Lisboa – Portugal; Grupo de pesquisa: Desigualdades sociais e ação pública – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - CICS – NOVA - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH)/Universidade Nova de Lisboa (UNL)/Lisboa – Portugal. E-mail para contato: [vilmapanelas@gmail.com](mailto:vilmapanelas@gmail.com)

**Vilma Terezinha de Araújo Lima** Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas; Membro do corpo docente do Mestrado Profissional em Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia (MPGAP) – Instituto de Pesquisas da Amazônia. Graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Ceará; Mestrado em Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Ceará; Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP; Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Cultura Amazônica - NEICAM". Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Universidade do Estado do Amazonas; E-mail para contato: [araujovilma@hotmail.com](mailto:araujovilma@hotmail.com)

**Viviana Maria dos Santos** Cursando Magistério pela Escola Estadual Marcelino Champagnat. Graduação em andamento em Letras pela Universidade Estácio de Sá (UNESA).